

Negociação se assemelha a 43

Há uma grande semelhança entre a maneira como está sendo encaminhada hoje a renegociação da dívida externa e o processo que antecedeu o grande acordo feito pelo Brasil com os credores em 1943. Tanto naquela época, quanto agora, a preocupação do governo sempre foi a de "limpar a área" da dívida passada e permitir que o país volte ao mercado voluntário de créditos.

A maior lição que pode ser extraída daquela experiência é o seu bem-sucedido desfecho. Depois de sucessivos acordos de ajuste da dívida que foram feitos a partir de 1930, e da moratória decretada pelo presidente Getúlio Vargas em 1937, chegou-se a um acordo em 1943 pelo qual o Brasil conseguiu diminuir em 36,4% o total de sua dívida de 880 milhões de dólares da época. Isso foi possível graças a um engenhoso mecanismo de conversão da dívida em títulos comercializáveis no mercado internacional, pelo qual o Brasil conseguiu resgatar cerca de 320 milhões de dólares de valor de face desembolsando apenas 100 milhões de dólares.

É bem verdade que as semelhanças acabam por aí: naquela época o país tinha em reserva uma fabulosa quantia em dólares amealhados em função da contenção das importações imposta pela guerra. O professor Marcelo de Paiva Abreu, da PUC do Rio de Janeiro, que escreveu vários trabalhos sobre o acordo de 1943, revela que naquele ano as reservas brasileiras chegaram a 530 milhões de dólares, nada menos do que 60% do total da dívida externa do país.

O acordo de 43 é a lápide da velha dívida pública externa que permitiu ao país voltar ao mercado financeiro internacional e possibilitou uma drástica redução do pagamento do serviço da dívida daí por diante — qualifica o economista da PUC.

O problema da garantia para que os credores da dívida de 43 tenham aceito o acordo marca outra diferença entre a negociação daquela época e a de hoje. Em 43 o governo brasileiro decidiu consolidar toda a sua dívida externa em títulos federais que vieram substituir papéis sem nenhum valor que pulverizavam a dívida por estados e municípios. Para os credores era um bom negócio, e isso significava pegar ou largar.

Hoje, o governo não tem definitivamente as mesmas condições para oferecer aos credores. As reservas estão baixas, talvez seja a da conversão de parte da dívida em capital de risco. Mas isto por si só não resolveria o problema de aliviar a carga da dívida sobre o país. Por isso, alguns economistas já pensam em oferecer um sistema que resgate a idéia básica utilizada em 43, a conversão de empréstimos em títulos negociáveis no mercado internacional.

— Em vez de ficar conversando só entre conversão da dívida em capital de risco devemos pensar em converter empréstimos em títulos, propõe Edmar Bacha, também da PUC. Sua idéia é a de que com esse esquema o Brasil possa tirar vantagem do deságio que já chega a 35 centavos a cada dólar de sua dívida. Por essa via, o país poderia resgatar uma boa parte de sua dívida, pagando preços de mercado.

O problema é o de oferecer garantias para que esses títulos sejam atrativos para os credores. O próprio Edmar Bacha imagina que isso deva ser obtido com o Banco Mundial ou através do "plano Marshal" do Japão que pretende dedicar 30 bilhões de dólares para ajudar os países endividados do Terceiro Mundo. A decisão do City Corp, de aumentar as reservas, abre um importante caminho nessa direção, ou quando menos sinaliza um novo marco nas relações do Brasil com seus credores.